

Caderno de Resumos

XI SEMANA DE
CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DE 28 A 31 DE OUTUBRO

MARGINALIDADES

<http://www.semanasociais.ufscar.br>

1



CIÊNCIAS
SOCIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Marginalidades

A urgência de se discutir o que se pensa e o que se produz sob a rubrica da marginalidade é o mote principal de inquietações da XI Semana de Ciências Sociais da UFSCar. Urgência intelectual, social e política. Quem são e como emergem os “marginais” contemporâneos? Como se montam os discursos autorizados sobre essa marginalização, em diferentes escalas, com diferentes marcadores sociais? A partir dessas perguntas buscaremos debater como uma se sobrepõe a outras, se localiza e traduz novas maneiras de pensar o mundo, em consonância com os rumos da nação brasileira, que paradoxalmente caracteriza e estabelece modelos de “inclusão” ao mesmo tempo em que reage às falas desses novos atores, sujeitos marginalizados, pessoas que surgem na cena pública e política nacional. Como se dão as resistências e como surgem determinadas dissidências? E o que os marginais têm a dizer sobre sua condição e suas formas de concerto sócio-político? É possível criar espaços de negociação entre a universidade e um de seus objetos de análise para que o discurso sobre si, proferido por esse outro, tenha o valor político de transformação social?

Sumário:

CULTURA, IDENTIDADE E DIFERENÇA.....	8
Sessão 1	8
Estudando jogos digitais: novas perspectivas	8
Pensando agência (Gell) através das tatuagens	8
Sistemas religiosos: entre a autonomia espiritual e a conduta socialmente desviante	9
A construção de identidades regionais na Copa Libertadores	10
“Se não fosse manelaia, Maria Antônia não tinha saia”: um velho ponto não se descostura – pesquisa etnográfica na comunidade negra São Mateus, Anchieta (ES).....	10
Sexo pago: reflexões sobre a construção da masculinidade a partir da relação cliente-prostituta.....	11
Arte contemporânea e globalização: entre práticas, imagens e diferenças.....	11
O trabalho das mulheres na produção de farinha de mandioca no Recôncavo Baiano: comunidade Iriquitá, Maragojipe, Bahia	12
Sessão 2.	13
Descolonizando o Transfeminismo: tensões e possibilidades de ações políticas no Estado do Espírito Santo.....	13
Saúde e periferia: a formação médica e os bairros periféricos	14
Violência e estigma aos meninos à beira-mar: as narrativas das/nas ruas.....	14
Uma questão virtualmente complexa: o discurso colonial na internet.....	15
Generificação dos corpos: performatividade de gênero e educação infantil	15
Análise da dominação social do refugiado pelo processo político institucional brasileiro (2009-2013).....	15
“Que homem é esse?” O transhomem e a construção da identidade política.....	16
Pode ser família? O julgamento da ADPF 132 e da ADI 4277 pelo Supremo Tribunal Federal.....	17

CONFLITOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITORIALIDADES	18
Sessão Única	18
Produção e reprodução social camponesa em terras do agronegócio: estudos sobre o interior do estado de São Paulo	18
Jardim Gonzaga – de dentro e de fora: sobre o estigma e o estrangeirismo nas relações entre o centro e a periferia	19
Subalternização de uma comunidade ribeirinha em face da iminente construção da usina hidrelétrica de Marabá.....	19
Trabalho decente no contexto de flexibilização das relações trabalhistas.....	20
Chiapas: os subterrâneos da insurgência.....	20
Rompendo barreiras: reflexões acerca da atuação estudantil no estado de São Paulo hoje	21
Relações entre sociedade e natureza na Serra da Mantiqueira: o turismo nos municípios de Delfim Moreira, Gonçalves e Marmelópolis – MG.....	22
Chama força: o reggae e sua relação com o movimento rastafári na banda Regaplanta.	22
ESTADO, PODER E ILEGALIDADES	24
Sessão 1	24
O Congresso Nacional e a Lei de Drogas: uma análise de dois projetos de lei do legislativo federal em tempos de discussão sobre internação compulsória.....	24
Produtos Orgânicos: a legislação como um caminho para a institucionalização	24
Os Torcedores nas Margens do Estado: a produção da ilegalidade do torcedor nos estádios de poder.....	25
“Meninas Invisíveis”: as jovens por entre as grades do sistema socioeducativo	26
Um Estado Permeável às Demandas e ao Cumprimento dos Direitos Indígenas: estudo de caso de famílias Mbya Guarani acampadas há 30 anos no município de Santa Maria – RS.....	27
Representações Sociais sobre o Programa Bolsa Família: sobre as dimensões cognitivas dos direitos sociais	28
Reflexões para a Compreensão do Atendimento à População de Rua em São Carlos.....	28

Prós e Contras do Cadúnico: concepções e avaliações dos cadastradores em São Carlos.....	29
Sessão 2	30
A Influência de Lula na Campanha Eleitoral de Dilma nas eleições de 2010....	30
O voto classista na eleição municipal paulistana de 2012.....	31
PSDB: uma análise das comissões executivas nacionais de 1989 a 2013.....	31
Capitalismo na Amazônia: enclave da acumulação de capital? Os casos de Brasil e Peru.	32
O trabalho em 1984: interface entre a literatura, o estado e as relações trabalhistas	33
O Papel do Estado na Teoria da Política Internacional de Kenneth Waltz: seria o Estado o único ator das relações internacionais?	34
Dominação, Provisão e Pluralidade no Estado Democrático de Direito	34
O Papel do Facebook no Compartilhamento de Notícias entre os Alunos de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.....	35

CULTURA, IDENTIDADE E DIFERENÇA

Sessão 1

31 de outubro de 2013, 08h.

Local: Sala 41 AT02

Coordenador: Luiz Henrique de Toledo

RESUMOS:

Estudando jogos digitais: novas perspectivas

Arthur Yoshihiro Yamada Junqueira Garcia (UFSCar)
arthuryoshihiro@gmail.com

O jogo, o jogador ou o contexto de ambos, dentro e fora da dimensão digital, são objetos de estudos em diversas áreas do conhecimento, na antropologia e na filosofia já há algum tempo, e mais recentemente na psicologia, pedagogia, economia, entre muitas outras. Há a criação, no entanto, do Game Studies nos primeiros anos da década de 2000, trazendo novas perspectivas de investigação acerca dos jogos, principalmente, mas não exclusivamente, digitais. A novidade do Game Studies, de maneira breve, é que não se observa o jogo apenas pelo panorama da representação, como um sistema de signos, mas também pelo aspecto das regras, das possibilidades ou das impossibilidades do que se pode ou deve ser feito pelo jogador. Essas novas maneiras de se pesquisar os jogos é resultado um grande debate entre dois campos acadêmicos, a bem estabelecida narratologia, teoria e estudos das estruturas narrativas na teoria literária, e a ludologia, disciplina que estuda a estrutura dos jogos em geral, antes restrita principalmente aos jogos de tabuleiro e aos esportes, renova-se com o advento e popularização dos videogames. Este trabalho tem como objetivo contemplar como o Game Studies pode contribuir para o debate de cultura, diferenças e identidades, através das novas maneiras que os videogames configuram a sociabilidade, interação e os corpos (digitais), revelando novas maneiras de se construir subalternidades.

Pensando agência (Gell) através das tatuagens

Beatriz Patriota Pereira (UFSCar)
bia.patriota@hotmail.com

A tatuagem é uma arte. Está relacionada à busca de diferenciação e identidade. O corpo é ferramenta, agente e objeto da técnica, uma memória que carrega marcas sociais de um determinado tempo e lugar. A tatuagem configura-se como uma representação externa do eu, mas, ao mesmo tempo, vinculada a coletividades. Proponho, a partir de Gell (em que obras de arte são tratados como pessoas, enfatizando sua agência) pensar o quanto as tatuagens, na sua

relação com os seres, dizem sobre as interações humanas, considerando-as ‘desenhos/tatuagens agentes’. Já que o indivíduo que a adquire transfere a ela uma memória, marcando momentos especiais, homenageando pessoas e animais queridos e atraindo sentimentos.

Sistemas religiosos: entre a autonomia espiritual e a conduta socialmente desviante

Diego Wander Thomaz (UFSCar)
dwthomaz@gmail.com

Este trabalho pretende abordar a questão da interação e do desvio a partir das religiões transcendentais, aqui entendidas como um conjunto de crenças e expressões espirituais, corporais e mentais que objetivam a busca do conhecimento de si e do universo, tais como os sistemas orientais, africanos e ameríndios. Para isso, serão utilizados elementos da psicologia social de Howard Becker e da antropologia urbana de Gilberto Velho. Além dos estudos de caso e teórico-metodológicos, bem como a análise de artigos relacionados a estas práticas religiosas nos centros urbanos, foi realizada entrevista por escrito com uma espiritualista e estudante de psicologia, que gentilmente contribuiu com elucidações sobre o tema e depoimentos pessoais, os quais permitiram desenvolver o trabalho com maior riqueza de detalhes. Diferentemente das religiões tradicionais, as quais geralmente estão ligadas à tradição, instituição e hierarquia, as religiões transcendentais permitem a construção da religiosidade pelo próprio sujeito, como um bricoleur, formando, a partir da junção de fragmentos diversos, um sincretismo somente possibilitado pelo caráter flexível e relacional destes “sistemas religiosos”. Esta junção de diferentes correntes religiosas, filosóficas, científicas, terapêuticas e míticas dispensam vínculo institucional, constituindo uma prática emancipatória de “cidadania religiosa”. Tais conceitos foram forjados a partir da proposta de “modelo artesanal de ciência” de Becker. A ideia é mostrar como este processo contribui para a autonomia espiritual de seus adeptos ao mesmo tempo em que os desloca para uma categoria desviante, por constituírem grupos religiosos minoritários cujas cosmovisões, que abarcam desde cultos politeístas até uso de psicotrópicos, não correspondem às dos grupos hegemônicos. Segundo Velho, não estão à margem de sua cultura, apenas fazem uma “leitura divergente”, a qual também varia de acordo com a época, o lugar e outras circunstâncias específicas. Tais grupos são estigmatizados a partir da aplicação de regras e sanções por grupos de interesses amparados em uma forma rígida de conduta pública pré-estabelecida pelos “empreendedores morais”, compondo a categoria a qual Becker chamou de outsiders. Assim, pretende-se refutar as concepções estatística, patológica e estrutural dos “desviantes” em favor da concepção de que estes processos, de caráter sobretudo político, se dão no âmbito das relações de poder.

A construção de identidades regionais na Copa Libertadores

Diogo Corrêa Meyer (Unifesp)
diogo.correa92@yahoo.com.br
PIBIC/CNPq

Este trabalho visa compreender o fenômeno da formação de identidades regionais e de visões sobre o Outro através do futebol. Para isso, serão analisadas as narrativas efetuadas sobre alguns confrontos entre equipes brasileiras e equipes argentinas e, em um contexto interno, entre gaúchos e paulistanos na Copa Libertadores da América, principal torneio interclubes da América Latina. Analisamos a construção destas identidades regionais na Copa Libertadores a partir dos textos jornalísticos que narram e interpretam os acontecimentos específicos dos confrontos selecionados deste torneio. Tomando como base as formas de texto presentes nas sessões esportivas dos periódicos (crônicas, artigos, notícias, charges, reportagens, entre outros), procuramos identificar características que contribuem para a constante produção e reprodução da imagem do “Outro” e, conseqüentemente, na construção imaginada de um “Nós” pelos meios de comunicação impressos de São Paulo e Porto Alegre (são eles, respectivamente, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo; Correio do Povo e Zero Hora). Notamos que tais periódicos reproduzem tipificações que ora qualificam este “Outro” de maneira positiva, ora numa perspectiva negativa. Tal consideração resultará em uma criação no imaginário dos leitores sobre este “estrangeiro” que se encontra em uma relação flexível de distanciamento e aproximação com relação ao “nativo”. Finalmente, vimos que, através do discurso proporcionado pelos meios de comunicação impressos, é possível produzir e reproduzir constantemente imagens sobre o “Outro” sem que este participe uma única vez deste processo. E, a partir da fundação destas imagens relacionadas ao “Outro”, construímos representações ideais do que “nós” poderíamos ser, ora “nós, brasileiros”, ora “nós, paulistas” ou “nós, gaúchos”, revelando também as diferentes perspectivas regionais existentes entre os brasileiros.

“Se não fosse manelaia, Maria Antônia não tinha saia”: um velho ponto não se descostura – pesquisa etnográfica na comunidade negra São Mateus, Anchieta (ES).

Larissa de Albuquerque Silva (UFES)
larissadealbuquerque@hotmail.com
ProExt/Ufes

O objeto desta pesquisa é o jongo, patrimônio cultural afrobrasileiro, que reúne na roda elementos poéticos e artísticos relacionados aos batuques dos tambores, à dança, aos cantos e às crenças dos integrantes do grupo. Propus em minha análise focalizar os processos de identificação e a memória da comunidade a partir de entrevistas com os nativos e, principalmente, por aqueles que são considerados como os principais guardiões da tradição e responsáveis pela transmissão de sua cultura para as novas gerações.

Esse trabalho etnográfico foi realizado na comunidade negra de São Mateus, área rural do município de Anchieta (ES) e tem como proposta fomentar a discussão em torno das relações sobre identidade (BARTH, 2000 e WEBER, 1972 [1920]), memória e herança cultural (POLLAK, 1992 e HALBWACHS, 2006 [1968]).

A proposta desse trabalho é estudar na comunidade e não a comunidade e, concomitante as observações no campo, realizar a “especificidade complexa” a “circunstancialidade” (GEERTZ, idem: 16) que a teoria, por meio de outros “carneiros em outros vales” (idem: p. 21), possibilita.

Entretanto, ir ao campo não significa buscar fatos, ações ou comportamentos que se enquadram na teoria, mas sim, analisar cada ponto do objeto e encontrar na teoria alguma explicação.

A partir das entrevistas e da elaboração dos diagramas genealógicos, foi possível perceber que a família Santos é o núcleo social responsável pela transmissão do jongo como patrimônio cultural afro-brasileiro local. As diversas gerações estão relacionadas entre si por laços de parentesco, pois se caracterizam por diversos casamentos entre primos de diferentes graus. A análise das relações de parentesco na transmissão da prática de jongá entre diferentes gerações ajudou-me a perceber como essa ação é uma referência cultural transmitida no interior das famílias. Para além desta constatação, as lembranças selecionadas e valorizadas pelos atores, se associam a uma crença comunitária, de que suas tradições e práticas culturais remontam de longa data e já ultrapassam a cento e cinquenta anos.

Sexo pago: reflexões sobre a construção da masculinidade a partir da relação cliente-prostituta

Natasha Kelly Vieira Dias (PUC-Rio)
natashakvd@yahoo.com.br
CAPES

Este trabalho tem como objetivo desenvolver algumas reflexões sobre a construção do masculino e da masculinidade no Rio de Janeiro contemporâneo, tendo como foco o discurso de homens que se relacionam com prostitutas. O exame dos dados coletados através de entrevistas nos permite observar que não há uma única motivação para o contato de homens com as ditas “mulheres públicas”. Ao procurar entender o que leva, em um contexto de aparente liberdade sexual, os homens cariocas a procurarem serviços sexuais de prostitutas, a pesquisa evidenciou a existência de um padrão de masculinidade que se afigura em relação direta com aquele estabelecido entre cliente e prostituta. A pesquisa procurou explorar as maneiras como no grupo estudado a sexualidade masculina é expressada, constituindo um pano de fundo recorrente em sua construção e atualização a troca dialógica, mediada pelo dinheiro, entre a prostituta e o seu cliente.

Arte contemporânea e globalização: entre práticas, imagens e diferenças

Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos (UFBA)
nelma13@gmail.com

Partindo de uma revisão bibliográfica, interessa-nos nesse trabalho propor uma pequena reflexão sobre as implicações das marcas identitárias locais nas cartografias artísticas contemporâneas, cada vez mais globalizadas. As identidades periféricas estão muito lucrativas para o mercado artístico global. Entretanto, no afã de se representar as diferenças, corre-se o risco de cristalizar novos estereótipos, de se reforçar ou reconstruir hierarquias estéticas. A geopolítica do sistema da arte está em questão desde que o tema identidade se tornou

frequente entre os seus profissionais. Ou seja, desde os anos 1970, quando um clima de deslocamentos das referências intelectuais, políticas e estéticas instaurou-se no mundo com uma incrível densidade. Essas manifestações propiciaram novas posturas e abordagens das diferenças. A crítica à visão reducionista e uniformizadora das criações locais tem sido bastante elaborada nas últimas décadas. Reflexões apontam que termos utilizados para designar essas produções simbólicas locais, tais como arte latino-americana, arte africana, arte asiática, entre outros, são insuficientes para traduzir a diversidade existente nos respectivos territórios. É comum a retórica de que não há fronteiras entre centro e periferia, e que prevalece o critério artístico no meio operacional, mas na prática, o sistema da arte reforça a representação de estereótipos da periferia.

O trabalho das mulheres na produção de farinha de mandioca no Recôncavo Baiano: comunidade Iriquitia, Maragojipe, Bahia

Rosene de Jesus Moura (UFRB)
deiziaguair@gmail.com
FUNCAP

Este trabalho objetiva analisar a situação de violência e estigma as crianças em situação de moradia nas ruas da Av. Beira Mar (Fortaleza - CE), sendo este espaço considerado histórico na cidade pela presença destes, e ainda hoje utilizado por eles. Objetiva-se compreender como a estigmatização pode ser propiciadora de formas de violência a esses atores sociais. Noções como estigma (Erving Goffman), violência simbólica (Pierre Bourdieu), atos de nomeação do “outro”/campo de poder (Michel Foucault), comunidade interpretativa (Howard Becker), discutir a cidade nas fronteiras do legal e do ilegal (Vera Telles) e compreender as crianças a partir do ponto de vista delas (Clarice Cohn) embasam esta pesquisa. Observação participante, entrevistas em profundidade, conversas informais e análise das narrativas compõem a metodologia deste trabalho. As narrativas dos “meninos à beira mar” estão imersas de discursividades acerca das violências que sofrem cotidianamente nas ruas. Relatam sofrer violência dos policiais, das instituições de acolhimento, dos transeuntes, mas também de outros “meninos de rua”. Violências que ultrapassam a agressão física; xingamentos, um modo de “olhar torto” e, até mesmo, o não enxergá-los podem se caracterizar estigmatização. Imersos num espaço de constante conflito que é a rua, mas que ao mesmo tempo é lugar de sobrevivência, moradia e interação social com outros atores, são constantemente vítimas de situações de discriminação e violência, e dessa maneira, propiciando estigmatização ao serem associados a situações de extrema pobreza e marginalidade perante aos demais atores sociais num espaço de grande poder aquisitivo, especulação imobiliária e turística da cidade que é a Av. Beira Mar. As narrativas dos “meninos” imersas no cotidiano, nas transformações e “emergências” urbanas de uma cidade turística se imbricam de tal maneira que o espaço se torna espaço de conflito, sobrevivência, diversão, disputas territoriais entre eles e os demais atores, sociabilidade e experiências.

Palavras-chaves: Conflito; Estigma; Violência; Crianças.

Sessão 2.

31 de outubro de 2013, 08h.

Local: Sala 43 AT02

Coordenadora: Thais Moya

RESUMOS:**Descolonizando o Transfeminismo: tensões e possibilidades de ações políticas no Estado do Espírito Santo**

Antonio César de Almeida Portugal (UFES)
antoniocezarportugal@gmail.com

Este trabalho pretende fomentar reflexões críticas sobre o movimento feminista trans (transexuais, travestis e transgêneros) a partir de contribuições teóricas do giro decolonial e das teorias dos “novos movimentos sociais”, e discutir as formas híbridas de desigualdade ou exclusão de sujeitos sociais no contexto da particular modernidade do Sul Global. As teorias pós-coloniais evidenciam o caráter opressor e excludente da modernidade, na medida em que trazem o legado das teorias de classe, ao mesmo tempo em que incorporam o caráter contingente e provisório das identidades das teorias culturalistas. Oferecem, ainda, a possibilidade de releitura e ressignificação da atual conjuntura de imposição da matriz intelectual do Norte Ocidental, que nos condiciona ao status de colonizados do saber, e voz ativa aos “subalternos” nas ações políticas e reflexões acerca dos fenômenos sociopolíticos. Pelo olhar decolonial do pensamento feminista a essencialização da identidade é um dos processos de colonialidade de poder inseridos na construção do discurso ocidental de regulação dos corpos e dos desejos. Este “mal-estar” intelectual sobre as múltiplas opressões remonta a invisibilidade sociopolítica incidente nos sujeitos sociais quando o recorte das discussões interseccionam categorias como gênero/etnia. Deste modo estas opressões se configuram de forma ainda mais excludente quando refletem sobre os modelos alternativos de sexualidade e corporalidade – o vínculo intrínseco entre colonialidade do ser e a colonialidade e gênero/sexualidade –, haja vista os rebatimentos desta lógica hegemônica “do ser” na problematização da invisibilidade do movimento social de feministas trans – o Transfeminismo ou Feminismo Trans. Portanto, a mobilização social de feministas trans evocam proposições teóricas críticas emergidas de redes de solidariedade horizontal, que pela grande aproximação interacional contribuem para esta discussão – como exemplo o Ecofeminismo Queer. Contudo, este trabalho é um convite a pensar sobre o Transfeminismo que, enquanto movimento político, promove debates e análises críticas sobre tensões entre o instrumental e o simbólico a partir do pensamento feminista contra-hegemônico; como também, permite a abertura de outras possibilidades de pertencimento que subvertem a ordem patriarcal e sexista, reconceituando, assim, o pluralismo e as condições de subalternidade no interior das sociedades plurais.

Saúde e periferia: a formação médica e os bairros periféricos

Arieli J. Buttarello (UFSCar)
arielibuttarello@hotmail.com

O problema dos serviços de saúde pública envolvem questões coletivas e individuais; estatais, gestacionais, administrativas e de educação. Sob diferentes abordagens, o problema de como atingir e garantir a saúde dos “inseridos-excluídos” é complexo tanto institucionalmente quanto na construção da relação entre os cuidadores e os solicitadores desse cuidado.

O curso de Medicina de uma Universidade Federal situada na cidade de São Carlos tem como base de ensino a formação dos alunos dentro dos conceitos da saúde pública; com atendimentos em unidades de saúde instaladas em bairros localizados longe do centro da cidade. A necessidade de se pensar sobre a disseminação do discurso acerca da população periférica com base no entendimento dos discentes desse curso é relevante para buscar compreender um tipo de inclusão que se supõe ser metafórica.

A partir de entrevistas informais foram aferidos certos pré-conceitos negativos pelos graduandos em relação à população de bairros periféricos; assim como soluções para os “problemas dos pobres” e algumas hipóteses de como melhorar a compreensão desses sobre a área médica. Nessa perspectiva, vê-se a imposição de um saber tido como legítimo em cima de um grupo dominado a partir do que é lido como compreensão e incompreensão do tratamento.

Repensar questões sobre a hierarquização de saber entre o “da cidade” e o “da periferia” sob a visão da ciência médica, leva-nos a problemáticas sobre o acesso de tais grupos a serviços de saúde e como são vistos diante dos pré-profissionais que se considera pautados em uma Medicina que visa considerar os aspectos sociais da população.

O que é proposto com tais reflexões é o interesse de diálogo com outros campos de estudo, além das Ciências Sociais, que interferem cotidianamente em todas as esferas da vida dos indivíduos.

Violência e estigma aos meninos à beira-mar: as narrativas das/nas ruas

Deiziane Pinheiro Aguiar (UFC)
rosene_moura@hotmail.com

A presente pesquisa busca compreender a participação das mulheres na produção de farinha de mandioca na comunidade Iriquitia, distrito rural de Maragogipe, BA. A análise busca investigar como se constitui o cotidiano dessas mulheres em relação ao trabalho na produção de farinha. Para atingir tais objetivos foram realizadas pesquisas bibliográficas e empíricas, notadamente entrevistas e observação participante. No primeiro momento analisamos a divisão sexual do trabalho, em seguida a jornada de trabalho exercida por essas trabalhadoras e, por fim, buscamos compreender como é constituído o sentido do trabalho para as mulheres do contexto investigado. Sendo assim, compreendemos que a participação das mulheres na produção de farinha de mandioca é uma atividade desconsiderada como trabalho e percebida como uma ajuda ao marido, ainda que ela trabalhe muitas vezes mais que ele, revelando neste sentido as desigualdades de gênero numa dimensão importante da vida social: as relações de produção.

Uma questão virtualmente complexa: o discurso colonial na internet

Erik Wellington Barbosa Borda (UFSCar)
ewbborda@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo problematizar tendências contemporâneas que vêm na internet a possibilidade de construção de laços sociais onde a diferença não tem um papel central. É justamente a imagem de um “*sujeito virtual*” existente fora do discurso ou de posicionalidades sociais específicas que pretendo problematizar, ao mesmo tempo em que mostrarei que as relações poder/saber “de fora” do virtual estão aqui também presentes, moldando sujeitos e estabelecendo maneiras de se lidar com a alteridade. Para sustentar esse ponto me debrucei sobre o discurso colonial, identificando sua presença na internet e suas formas de enunciação. Esse discurso foi identificado em uma série de página, em especial as de jogos eletrônicos. A situação aqui analisada é um *meme* referente às atitudes dos brasileiros em jogos digitais. Para lidar com a problemática, optou-se pelas perspectivas oferecidas por autores pós-coloniais e decoloniais, como Homi Bhabha e Ramón Grosfoguel. Foi também utilizada a Psicanálise para se pensar o processo de formação das práticas discursivas virtuais.

Generificação dos corpos: performatividade de gênero e educação infantil

João Rodrigo Vedovato Martins (Unicamp)
jrvmpunk@hotmail.com
CNPq

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os processos de generificação dos corpos das crianças na educação infantil. A perspectiva teórica adota a crítica às categorias binárias de gênero masculino-feminino e de sexo macho-fêmea fundamentadas no estabelecimento e na reprodução da matriz heterossexual no modelo de educação vigente.

Análise da dominação social do refugiado pelo processo político institucional brasileiro (2009-2013)

Ludmilla Maria Mendes Leal (UMC)
ludleal@hotmail.com
luci.bonini@umc.br

A ciência do Direito, no cenário atual, tem apresentado uma tendência à transdisciplinariedade, principalmente no que se refere a fatos sociais mais complexos, como no caso do direito internacional dos refugiados. A crescente imigração para os países fora dos centros hegemônicos, como o Brasil e outros países da América Latina, causa uma onda migratória, dentro da qual, ainda, há muitos na condição de refugiados, sem a titularização de seus direitos individuais. A consequência disto são as constantes dificuldades sociais, políticas e econômicas para amparar as garantias individuais e coletivas como país receptor, em virtude da interpretação restritiva do direito dos refugiados. Este estudo, que faz parte da

pesquisa de Mestrado em Políticas Públicas e tem o objetivo de apontar os núcleos de refugiados em território nacional, identificar e compreender as formas de violência simbólica sofrida pelos refugiados na sua dimensão subjetiva, tendo em conta a lacuna nas políticas públicas nacionais que lhes garantem os direitos fundamentais. Pretende-se compreender o nível de cobertura de políticas públicas que respaldam os refugiados na seara federal, estadual e municipal à luz das teorias neoinstitucionalistas. Neste primeiro momento, empreende-se uma revisão da literatura, delineando-se o conceito de violência simbólica em BOURDIEU (2010), identidades e mediações culturais em HALL (2008) e imigração e alteridade em SAYAD (1998), tratando-se primeiramente do conceito de violência simbólica e como ela pode ser identificada nos núcleos de refugiados em território brasileiro. Neste sentido, busca-se compreender como a política para os sujeitos refugiados exprime a dominação social desse grupo, haja vista que é esse processo político que compõe um sistema de relações sociais capaz de estabelecer alianças ou subordinação de demais grupos. A afirmação dos direitos e garantias fundamentais expressa na Constituição Federal de 1988 deve ser capaz de efetivar uma conscientização humanitária e metamorfosear a etnicização das ideologias nacionais do Estado que acolhe o refugiado, trazendo desta forma um caminho em que se vislumbre a inserção destes sujeitos no sistema e a retirada da condição de subalternidade deles, alijando-os do estado de vulnerabilidade integrando-os por meio de diálogos culturais com vertentes multiculturalistas.

“Que homem é esse?” O transhomem e a construção da identidade política

Patrícia Michelini de Matos Batista (UESC)
patymick21@hotmail.com

Este trabalho parte da necessidade de melhor conhecer os processos de invisibilização política e de opressão sofridos pelos homens trans, sendo elaborado com o propósito de contrapor ao discurso clínico, outras perspectivas de reflexão no âmbito acadêmico que foge a patologização da transexualidade. Analisa-se, nesse artigo, o histórico de relativa invisibilidade dos transexuais masculinos no cenário de militância política até 2012 – ano de criação da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT). O estudo apoia-se na teoria Queer, onde a sexualidade humana é entendida como algo fragmentado e em constante mutação, podendo ser construída e reconstruída tanto na prática quanto no nível discursivo e identitário. Discute ainda de maneira exploratória a afirmação de identidade do homem trans e a relevância dessa associação na luta por políticas públicas específicas. Ao compreender a construção desses sujeitos e identidades políticos observa-se que a experiência transexual mostra que diferente do que a heteronormatividade prega a verdade dos gêneros não está presa ao binômio sexual (macho/fêmea), mas ele se (re) constrói nas múltiplas possibilidades de gênero.

Pode ser família? O julgamento da ADPF 132 e da ADI 4277 pelo Supremo Tribunal Federal

Ricardo Andrade Coitinho Filho (UFRRJ)
andrade.his@hotmail.com;

Juliana Borges de Souza (UFRRJ)
juliana_borges_souza@hotmail.com;

Thainá Rosalino de Freitas (UFRRJ)
thaina.r.freitas@gmail.com

O presente trabalho procura compreender os elementos que se tomaram por centrais no debate jurídico sobre as uniões “homoafetivas” pelo Supremo Tribunal Federal. Para tal, foram acompanhados os discursos procedentes nas sessões em 4 e 5 de maio de 2011, que estão disponíveis na página do site youtube.com. Essas sessões foram compostas pelos autores das ações, pelos representantes da sociedade civil admitidos como *amicus curiae*, como grupos religiosos, grupos de luta por direitos sociais, de direito da família e de militância social, bem como pelos votos dos ministros. A questão centra-se na avaliação do artigo 226 da Constituição Federal e do artigo 1723 do Código Civil, que arrematam sobre a união estável como modelo de entidade familiar. A análise se dá na possibilidade de equiparação da união entre pessoas do mesmo sexo, tida como união “homoafetiva” à união estável. Desta forma, o que se pretende é apontar como o debate aprofunda-se entre consensos e dissensos, através das tensões que foram levantadas quando se interseccionam as temáticas de gênero, sexualidade e família.

CONFLITOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITORIALIDADES

Sessão Única

31 de outubro de 2013, 08h.

Local: Sala 180 AT08

Coordenadores: Jacqueline Sinhoretto / Rodrigo Toledo

RESUMOS:

Produção e reprodução social camponesa em terras do agronegócio: estudos sobre o interior do estado de São Paulo

Amanda dos Santos (UFSCar)
dossantos_amanda@hotmail.com

Este projeto de pesquisa tem como tema central a produção e a reprodução social camponesa em territórios hegemônicos pelo agronegócio, notadamente no município de Ribeirão Preto, em São Paulo.

No lugar comum das ciências sociais, é frequente o desenvolvimento econômico da agricultura, com toda a sua diversidade social, ser inserido dentro de um grande guarda-chuva denominado agronegócio. Optou-se, neste trabalho, pelo entendimento de agronegócio como resultado de uma associação entre o grande capital agroindustrial, o capital financeiro e a grande propriedade.

Enquanto digressão necessária para a introdução ao problema de pesquisa pode-se afirmar que os primeiros camponeses no Brasil – um conjunto composto de portugueses pobres, indígenas e africanos – fizeram parte da formação social brasileira, mas com o processo de integração da economia nacional tanto em termos internos quanto internacionais e o início do processo de industrialização, as terras camponesas foram se reduzindo de modo significativo. Os privilégios concedidos aos grandes latifundiários que sempre estiveram bem representados no Estado ratificaram o latifúndio monocultor de produtos exportáveis, o que, por seu turno, comprometeu sistematicamente a produção e reprodução social camponesa no Brasil.

Diante da problemática exposta, entender o histórico processo de apropriação privada do território e as formas de organização social que derivaram desta apropriação é condição fundamental para que se possa compreender o atual estágio do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e suas inter-relações com a economia e a sociedade de modo geral.

A proposta visa contribuir, com seus objetivos mais gerais, para reforçar a existência e a atualidade da questão agrária nacional e sua não resolução no Brasil, caracterizado pela agricultura moderna, diversificada e rentável, convivendo mesmo que de modo não pacífico com uma agricultura de caráter familiar muitas vezes arcaica e de subsistência.

Jardim Gonzaga – de dentro e de fora: sobre o estigma e o estrangeirismo nas relações entre o centro e a periferia

Beatriz Schwenck (UFSCar)
bia.schwenck@gmail.com

O Jardim Gonzaga é um dos bairros mais pobres da periferia de São Carlos e sua primeira e mais conhecida favela. Do ponto de vista de quem mora no centro da cidade, a favela parece ser um lugar que não se deve frequentar. Ao conhecer o bairro, entretanto, tive a sensação da existência de dois Gonzagas: um do qual se referem os moradores do centro e o Gonzaga que existe de verdade - um lugar que, apesar de suas carências, é habitável e receptivo. Ao se discutir essa relação do Gonzaga com o centro da cidade, o presente trabalho propõe-se a refletir sobre o que significa morar na periferia, tanto para quem vê de fora quanto para quem vive dentro dela. À luz dos conceitos de cidade grande e da figura do estrangeiro, de George Simmel, e das relações de representação e estigma de Ervin Goffman, procura-se entender o que leva ao abismo tão grande entre as concepções de favelado do ponto de vista de quem o é e de quem o vê de fora.

Subalternização de uma comunidade ribeirinha em face da iminente construção da usina hidrelétrica de Marabá

Cristiano Bento da Silva (UFPA)
cristiano_mbatm@hotmail.com

Este trabalho tem como fio condutor duas discussões em interconexão. A primeira objetiva fazer ver a dinâmica de vida de alguns sujeitos que habitam a comunidade ribeirinha de Apinagés, situada na região sudeste do Pará. O segundo ponto trata de expressar as falas dos sujeitos dessa comunidade em face do anúncio de uma Usina hidrelétrica na região, a qual afetará, sobremaneira, a comunidade em sua totalidade, e, conseqüentemente, violentará a existência social e cultural da referida população. A pesquisa em destaque foi realizada com base em leitura e análise bibliográfica e documental; entrevistas semiestruturadas e registro fotográfico da comunidade ribeirinha de Apinagés. De posse destes elementos foi possível perceber que a proposta de desenvolvimento ancorada na construção de uma Usina Hidrelétrica no sudeste do Pará não guarda grandes distanciamentos da lógica deletéria (no âmbito da cultura, das práticas econômicas e da existência social de diferentes populações tradicionais) a qual incidiu sobre a Amazônia, sobretudo, após a intervenção dos governos militares. Esse processo, que oblitera a existência de diversas populações as quais praticam outro tipo de relação com o meio biofísico, parece que se atualiza a cada novo empreendimento anunciado. Ressalte-se, então, que a existência da comunidade ribeirinha de Apinagés está sendo posta em ameaça, tendo em vista a iminente materialização da Usina Hidrelétrica noticiada para o sudeste do Pará.

Trabalho decente no contexto de flexibilização das relações trabalhistas

Gloriete Santos Scavichia (UNESP)

glo.scavichia@gmail.com

Bolsista CNPq

O Trabalho Decente como forma de promoção e acesso ao emprego produtivo lastreado na igualdade de oportunidades, na proteção social, promoção do diálogo social e nos direitos ao trabalho, capaz de garantir uma vida digna para homens e mulheres num contexto mundial, constitui objetivo central de todas as políticas e programas instituídos pela Organização Internacional do Trabalho. Contudo, tal objetivo pressupõe inexoravelmente o enfrentamento de grandes desafios frente à flexibilização das relações de trabalho. E isto porque nas últimas décadas do século XX, ocorreram mudanças significativas no sistema produtivo e na estrutura da sociedade capitalista. O modelo keynesiano fordista entrou em declínio, passando a ser substituído pelo modelo de produção flexível, de modo que os trabalhadores vêm progressivamente sofrendo com a precarização dos direitos trabalhistas tais como a redução do emprego regular em detrimento de contratações em regime de tempo parcial, contratos temporários, subcontratações, terceirizações, dentre outras formas de mitigação do direito laboral. Neste contexto, o presente trabalho tem o objetivo de contribuir com a análise teórica das políticas adotadas pela OIT, no Brasil, objetivando alcançar o Trabalho Decente e como estas ações estão sendo efetivamente viabilizadas frente aos desafios da acumulação flexível.

Chiapas: os subterrâneos da insurgência

Luiz Guilherme Veppo (UNESP)

guigaveppo@hotmail.com

Bolsista PIBIC/CNPQ

No dia 17 de novembro de 2013 o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) completará 30 anos de existência. Ao longo das últimas décadas o movimento zapatista tem conquistado cada vez mais espaço dentro da academia e o valor heurístico desta experiência vem galgando uma maior atenção por parte da teoria social. Isto é facilmente demonstrado através do aumento do número de trabalhos produzidos sobre o EZLN, assim como pelos vários eventos suscitados por este movimento. Para além da academia, o movimento zapatista também se tornou uma discussão obrigatória dentro das frações de esquerda anticapitalista que buscam tirar lições de um balanço histórico das experiências revolucionárias do século XX. No entanto, apesar do aumento da visibilidade auferida pelo movimento zapatista, a grande maioria das análises sobre os insurgentes de Chiapas concentram-se no período posterior ao levante de 1994 e quando existe um espaço para discutir os anos que antecedem o levante, as perspectivas vão mais no sentido de entender as questões políticas e econômicas que constituem a bomba chiapaneca do que propriamente analisar o processo de construção da insurgência. Tendo em vista as insígnias possibilidades de aprendizado propiciadas por este período que antecede a aparição pública dos zapatistas, neste trabalho procuraremos nos concentrar exatamente nisto,

no processo de formação do movimento zapatista, através da interação do movimento indígena de Chiapas com a organização político-militar (EZLN) no intento de melhor compreender o processo de amadurecimento desta tentativa de ruptura com a ordem estabelecida.

Rompendo barreiras: reflexões acerca da atuação estudantil no estado de São Paulo hoje

Marcus Vinicius de Marchi Faria (UNESP)

marcolademarchi@hotmail.com

Diferente de outros territórios de atuação política organizada e de massas, o movimento estudantil carrega consigo em sua essência uma estrutura e dinâmicas totalmente diferenciadas - desde os próprios militantes até as suas estruturas organizacionais - o que acarreta uma problemática para a atuação contínua e secular do mesmo de forma homogênea. O pensamento estratégico e tático do próprio militante estudantil, também, por vezes, é distinto do militante inserido socialmente em organizações populares de massa, dificultando a interação entre os segmentos da população e as organizações e, ou, individualidades presente no movimento estudantil. O presente trabalho, tem o intuito de esboçar um desenho teórico sobre estratégia, retomando aspectos históricos dentro desse segmento de atuação política e, estabelecer uma ligação entre os pontos soltos na discussão sobre a necessidade de organização macrorregional e superação da distinção entre a atuação nos diferentes níveis da educação dentro do movimento estudantil principalmente no que diz respeito ao Estado de São Paulo. Deveras que o trabalho aqui facilmente pode estabelecer uma ligação mais simplista com teorias inconciliáveis na linha da história, porém, é de suma importância que o diálogo entre as diferentes correntes teóricas seja interpretado nesse trabalho como uma atordoante crítica à leitura estratégica e tática com que forças políticas organizadas vem utilizando nas suas esferas de atuação dentro do movimento, inclusive de reformulações errôneas de importantes teóricos do pensamento político, dando foco ao estudo das duas principais organizações nacionais de estudantes, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e suas coirmãs estaduais e regionais e a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL), dentro do que cabe a cada uma como sua hegemonia no pensamento social entre os estudantes. Para isso utilizaremos uma intersecção entre textos teóricos e de opinião, tanto no campo histórico como no campo da ciência política, retomando aspectos antes esquecidos e inserindo uma série de novas perspectivas ao estabelecimento de um novo paradigma nos círculos estudantis.

Relações entre sociedade e natureza na Serra da Mantiqueira: o turismo nos municípios de Delfim Moreira, Gonçalves e Marmelópolis – MG.

Rafael de Mello Castro Bacha (UFSCar)
rafael_mello_1@yahoo.com.br;
Laura Arantes Gobbi (UFSCar)
lauragobbi8@gmail.com;
Alexandre Carvalho de Andrade (UNESP)
andrade.a.c@uol.com.br

Os benefícios e impactos negativos provenientes dos processos de entrada do turismo, que desencadeiam e/ou promovem desenvolvimento em áreas com baixo dinamismo econômico, são exemplos latentes da necessidade de se analisar as transformações socioambientais nos espaços onde as práticas do turismo incidem.

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a situação do processo de “entrada” e intensificação do turismo e as divergências decorrentes deste fenômeno na Serra da Mantiqueira, evidenciando os impactos socioambientais e a “marginalização” da população local, para, em segundo plano demonstrar que as medidas consideradas “progressistas” e responsáveis por um dito “novo dinamismo econômico para a região” ficam prejudicadas, pois a falta de planejamento desfavorece qualquer tentativa dos moradores locais de galgarem uma nova participação produtiva, e por sua vez, valoriza a entrada de capital exógeno.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, três procedimentos metodológicos foram empregados de maneira conjunta: as visitas de campo praticadas de forma assistemática, no intuito de analisar as características socioeconômicas, os atrativos paisagísticos considerados turísticos, e a constatação de problemas em forma inicial ou em casos avançados; as análises de dados secundários, constatando a estagnação econômica de certos espaços e/ou o acréscimo de atividades em outras áreas, provocando divergências socioeconômicas e variáveis quanto à perda e ganho de população; em último lugar avaliar as propostas e políticas já implantadas quanto ao planejamento turístico dos municípios em questão.

Espera-se, com o presente trabalho, colaborar para uma ponderação acerca do avanço evidente da atividade turística na área de estudos, e através de suas consequências positivas e negativas para a sociedade e a natureza, apresentar discussões que auxiliem nas divergências existentes na área, assim, colaborando para que as práticas turísticas se estruturam de maneira harmoniosa nos municípios de Gonçalves, Delfim Moreira e Marmelópolis.

Chama força: o reggae e sua relação com o movimento rastafári na banda Regaplanta.

Sâmara Vanessa Nascimento Costa (UFPI)
samaranessinha@hotmail.com

Expressões musicais e religiosas podem ser impalpáveis e invisíveis, porém modificam indivíduos e sociedades. A música e a religiosidade trazem consigo um poder de mudança, de questionamento. Através de um movimento cultural onde ambos são fatores centrais, descendentes de povos africanos, escravizados na Jamaica, conseguiram juntar forças para idealizar um estilo de vida onde pudessem ter liberdade e adorar seu Deus. O presente

trabalho, portanto, tem ênfase no reggae e no movimento rastafári. A escolha desse tema deve-se ao interesse de buscar conhecimento sobre as expressões culturais de um povo, de um estilo de vida, incluindo músicas de protesto e rituais relacionados como o uso de dreadlocks e ervas. Assim como na Jamaica, em Teresina há fortes influências do reggae e do movimento rastafári principalmente através das músicas das bandas de reggae, porém é importante salientar que tais movimentos culturais, sociais e religiosos, geram estruturas que ultrapassam aspectos sonoros. Desta forma, procuramos compreender um estilo de vida que busca a conscientização do homem, na esfera política, ecológica e religiosa. Por outro lado, objetivamos analisar a afinidade entre o reggae e o movimento rastafári e como tais podem ser transmitidos através de uma banda de reggae em Teresina-Piauí. Tal estudo etnográfico foca-se nas singularidades e especificidades da banda Regaplanta, uma banda local que tem como lema a frase: “Chama força família Regaplanta”. Através de suas músicas transmite-se a positividade na busca de realçar a força que todos têm dentro de si, assim como apreço a natureza, união entre outros.

ESTADO, PODER E ILEGALIDADES

Sessão 1

31 de outubro de 2013, 08h.

Local: Sala 30 AT02

Coordenadora: Vanessa Parreira Perin

RESUMOS:

O Congresso Nacional e a Lei de Drogas: uma análise de dois projetos de lei do legislativo federal em tempos de discussão sobre internação compulsória

Bernardo Coldebella (UFSM)

Bernie111@gmail.com

O presente trabalho propõe uma análise dos principais projetos de lei em tramitação no congresso nacional sobre temas relacionados às drogas ilícitas e seus usuários. O “PL 111/2010” que tramita no Senado, e o “PL 7663/2010” que foi recentemente aprovado pela Câmara Dos Deputados. Para compreender o contexto em que as propostas se inserem, foi feita uma análise a partir da perspectiva das políticas públicas sobre portadores de transtornos mentais, dando principal atenção ao movimento pela reforma psiquiátrica, o qual as lutas resultaram na aprovação da Lei N°10.216/2001, partindo então para as especificações trazidas pela Lei N°11.343/2006 mais conhecida como “Lei de entorpecentes”. Para alcançar os objetivos da pesquisa foi feita uma revisão bibliográfica das obras produzidas no âmbito da luta antimanicomial, bem como análise documental dos textos dos projetos de lei em tramitação, e das leis abordadas no trabalho. Obteve-se que, o tema balizador das discussões são as políticas de enfrentamento ao “crack”, as duas trazem como proposta principal a alteração do artigo 28 da Lei N°11.343/2006, passando a prever internação involuntária ou compulsória de dependentes químicos. Os debates em torno dos projetos apresentam opiniões divergentes, quanto à eficácia desse tipo de tratamento na recuperação de toxicodependentes, e quanto à sua aplicação em grande escala, que segundo especialistas poderia levar a graves consequências humanitárias.

Palavras chave: Congresso nacional, lei de entorpecentes, internação compulsória.

Produtos Orgânicos: a legislação como um caminho para a institucionalização

Camila Benjamim Vieira (UNESP)

benjamimcamila@gmail.com

Nos anos 70 os movimentos contrários à lógica consumista da sociedade moderna, como o movimento Hippie, Antroposofia e o movimento messiânico, buscavam, em contrapartida ao

consumo acelerado e a mecanização, ter maior contato com a terra. A opção por Produtos Orgânicos (produtos livres de insumos químicos) fazia parte dessas ações, em que a comercialização se dava através da relação de venda direta entre produtor e consumidor. Com o aumento e complexificação desse mercado houve necessidade de uma legislação específica, que foi pressionada pelo setor de exportação e também por associações de produtores e consumidores.

Assim para a institucionalização desse mercado, foi necessária a criação de uma legislação nacional exclusiva ao sistema orgânico de produção e comercialização que, atualmente (2013), é composta por um marco regulatório (lei 10.831/2003), oito decretos, doze instruções normativas e onze projetos de leis entre arquivados e em andamento.

A postura assumida pelo governo federal, como porta voz da legislação, mostra-o como interlocutor entre mercado e sociedade, incitando a participação dos produtores e consumidores no processo de fiscalização desse mercado através da venda direta e do Sistema Participativo de Garantia, bem como a distribuição de cartilhas informativas. Assim o processo de institucionalização do mercado é composto por interesses múltiplos que vão além do *Homo economicus* e da retórica altruísta dada a sustentabilidade, da qual os produtos orgânicos são parte.

Tendo no horizonte a Sociologia Econômica, levando em conta seu postulado de que os mercados são construções sociais, a presente pesquisa, em andamento, pretende realizar de forma analítica o mapeamento dos agentes envolvidos na elaboração e aplicação da legislação brasileira sobre os produtos orgânicos, delimitando dessa forma o papel do estado na legislação e nesse ramo econômico, bem como as iniciativas dos produtores e consumidores. Com a finalidade de compreender quais foram os capitais necessários à institucionalização do mercado de produtos orgânicos, encontrados através do processo de criação e aplicação da legislação nacional referente ao tema. Esse desenho teórico metodológico nos permite apreender as lutas no “campo do poder” que ajudam a definir as configurações do mercado orgânico no Brasil contemporâneo.

Os Torcedores nas Margens do Estado: a produção da ilegalidade do torcedor nos estádios de poder

Eric Monné Fraga de Oliveira (UERJ)
ericmfo@hotmail.com

O trabalho discute as linhas teórico-metodológicas de projeto de pesquisa (um estudo em andamento, a ser desenvolvido durante os próximos três anos e meio) que tem como objetivo investigar como os poderes do Estado e da FIFA se articulam e justapõem para regular o comportamento dos torcedores, produzindo as margens do que deve ser o ato de torcer. Neste trabalho, a análise será conduzida a partir dos documentos lançados pela FIFA em 28 de setembro de 2012 (nona versão) e em 20 de agosto de 2013 para orientar o comportamento dos torcedores durante, respectivamente, a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014, ambas realizadas no Brasil. Também tomamos como foco de análise a Lei 12.299, de 27 de julho de 2010, que altera a Lei 10.671/03 (conhecida como o “Estatuto do

Torcedor”), de 15 de Maio de 2003, ambas sancionadas pelo presidente Luís Inácio “Lula” da Silva. Ao regular o comportamento dos torcedores nos estádios de futebol, a FIFA e o Estado delimitam as margens entre ser um torcedor e ser um infrator. Em outras palavras, a ilegalidade de certas formas de torcer é introduzida pelo Estado e pela FIFA – o que remete à ideia, apresentada por Veena Das e Deborah Poole, de co-produção entre o Estado e suas margens. Os documentos supracitados constituirão a primeira parte do corpus da pesquisa, e serão, posteriormente, associados a fontes complementares, como os discursos dos torcedores, sendo eles afiliados às organizadas ou não, e da imprensa.

Como método para analisar os documentos, elegemos a análise discursiva de linha francesa, a partir, sobretudo, das proposições de Michel Foucault sobre a arqueologia do saber e as articulações entre discurso e poder. Desse modo, os documentos serão examinados de modo a se refletir sobre a formação discursiva da qual fazem parte. Vemos que, nessa formação discursiva, o que está em jogo é o controle sobre o comportamento do torcedor de futebol, por meio da cristalização de verdades, da produção de regulações e, assim, da separação entre formas aceitas e formas ilegais de se torcer.

“Meninas Invisíveis”: as jovens por entre as grades do sistema socioeducativo

Joana D’Arc Teixeira (UNESP)
joanatdarc@gmail.com

Anos após anos, as estatísticas têm demonstrado que o número de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação quadruplicou no Brasil, que pode ter como indicativos, os processos de criminalização da juventude, balizados por estereótipos, construídos com base na condição juvenil, socioeconômica, étnico-racial, de moradia, ou pelos mitos de que essa população compreende os principais perpetuadores da violência. Nos últimos anos, jovens do sexo feminino endossam as estatísticas, ainda assim, identifica-se a invisibilidade dessas jovens no campo das políticas públicas e também nas pesquisas acadêmicas realizadas sobre jovens, ato infracional e medidas socioeducativas. Esta comunicação tem por objetivo discutir algumas questões relacionadas ao cumprimento das medidas socioeducativas de internação por jovens do sexo feminino: quais os processos de criminalização dessas jovens? Quais são as marcas de gênero que atravessam a instituição CASA? Como elas aparecem? Quais as suas implicações políticas? Com base na pesquisa de campo realizada em cinco unidades de internação da Fundação CASA, revisão bibliográfica e entrevistas apresentam-se resultados parciais que possibilitam pensar as noções de gênero que atravessam os atendimentos destinados a essas jovens e como essas concepções engendram processos de subjetivação, considerando-se a hipótese de que há um processo normalização, que pode ser identificada como uma pedagogização do feminino, no sentido de que há uma busca de imputar sobre os corpos dessas jovens concepções e marcas do que é socialmente considerado como ideal para o sexo feminino. É possível indicar como se configuram e são operacionalizadas as práticas normalizadoras em unidades de internações, até certo tempo, legitimadas como espaços ocupados por homens. Se, para eles, há uma prerrogativa de preparação para o trabalho, mesmo que essa preparação seja mediante a profissões pouco valorizadas, para as mulheres,

há uma busca pela aprendizagem de fazeres domésticos e dentre outras atividades consideradas como sendo do universo feminino. Observa-se a valorização de determinados padrões e comportamentos afinados a modelos de conduta socialmente aceitas, reconhecidas - como passividade e obediência - e exigidas em diferentes espaços e contextos sociais e de sociabilidade que marcam as trajetórias das jovens: tais como escola, família e, novamente, reiterada pelo sistema socioeducativo.

Um Estado Permeável às Demandas e ao Cumprimento dos Direitos Indígenas: estudo de caso de famílias Mbya Guarani acampadas há 30 anos no município de Santa Maria – RS

João Maurício Farias (UFRGS)
jmafarias@hotmail.com

A compreensão sobre o papel do Estado por agentes públicos da FUNAI, do MPF e pelos indígenas, tendo como estudo de caso as reivindicações territoriais de uma comunidade Mbya Guarani, residente há 30 anos nas margens da BR-392, no município de Santa Maria RS.

Neste acampamento a cada ano faleciam crianças ou velhos pelas condições a que as famílias indígenas ficavam expostas: frio, chuvas, sem espaço para o plantio de alimentos, sem acesso a água potável e residindo em baixo de barracos de lona plástica preta. Após uma situação de imobilismo persistente, historicamente da FUNAI, uma ONG aciona o MPF que ajuíza os poderes públicos responsáveis por garantir os direitos indígenas ao seu território e as mínimas condições de vida, com moradias, acesso à água, fornecimento de energia elétrica e saneamento.

Assim, há tanto um debate interno sobre o papel do estado pelos agentes públicos envolvidos, bem como os indígenas e seus aliados passam agir na compreensão de que o Estado não é um ente monolítico e fixado por normas rígidas, mas tais normas podem ter suas compreensões alargadas quando a intencionalidade é o cumprimento e aplicabilidade dos direitos indígenas. Aqui nos servimos de uma compreensão do papel do Estado a partir de conceitos a luz da “governamentalidade” de Foucault, colocando-nos frente a compreensão de um tipo de Estado mais permeável, quase um tipo de “estado”, construído cotidianamente entre as relações sociais e seus movimentos individuais e coletivos.

O ajuizamento da ação civil pública gerou determinação de prazos por Juíza Federal para que a FUNAI, a União e o Estado do Rio Grande do Sul encontrassem uma área para reassentamento das famílias indígenas, com a incumbência da FUNAI para construir casas de emergência, para a SESAI instalar banheiros, abastecimento de água e saneamento das residências. O não cumprimento das medidas poderia acarretar pagamento de multas diárias pelas instituições, bem como os agentes públicos poderiam vir a ser penalizados também enquanto pessoa física.

Hoje as famílias Mbya Guarani estão assentadas em uma área com 67 hectares, com casas e energia elétrica instalada. E, para os Guarani a mobilização frente às instituições públicas provocou esta conquista.

Representações Sociais sobre o Programa Bolsa Família: sobre as dimensões cognitivas dos direitos sociais

Mariana Seno Flores (UFSCar)
Mariana_seno@yahoo.com.br
FAPESP

O Programa Bolsa Família é utilizado como um bom exemplo para a redução da pobreza e das desigualdades sociais por organismos internacionais de renome como a ONU e o FMI. Já no Brasil é criticado pelo seu caráter assistencialista. A hipótese é que essa forma de olhar os direitos sociais é reflexo de uma representação social vigente na mentalidade brasileira, que tende a desmoralizar os direitos sociais provenientes do Estado, tratando-os como “favor”, assistencialismo. Portanto, existe uma construção social (mesmo que inconsciente) da desmoralização do Estado (e da coisa pública) e como consequência, dos direitos sociais oriundos desses. Na coleta de discursos sobre o Programa Bolsa Família (opositores e defensores) e através da análise sociológica, compreendemos as representações sociais que motivam essas análises sobre o programa. Discursos de defensores também foram considerados, visando compreensão do problema de forma global. Compreendemos então o Programa Bolsa Família pela dimensão cognitiva, ou seja, mapeando as representações sociais que perpassam os discursos fundamentalmente da mídia sobre o programa. A hipótese concluída é que cognitivamente existe uma cultura, um habitus de descrença no Estado e nas suas políticas de inclusão social, vistas como assistencialistas. Esse habitus de descrença do Estado (e da coisa pública) é reforçado pela grande imprensa.

Reflexões para a Compreensão do Atendimento à População de Rua em São Carlos

Natália Máximo Melo (UFSCar)
natmmelo@gmail.com
Apoio: Fapesp

Este trabalho tem como objeto de estudo o atendimento à população em situação de rua pela assistência social em São Carlos. Procurarei situar o raciocínio de alguns autores como Foucault e Agamben para discutir se o atendimento dado a esta população pode ser considerado uma gestão do social. No Brasil, há alguns trabalhos que demonstram uma transformação do trabalho das entidades sociais para uma gestão no sentido mercadológico, há a constituição de um “mercado da cidadania”. Por outro lado, o que o presente trabalho pretende investigar é a trajetória de uma instituição estatal de atendimento à população de rua a partir do qual se percebe uma gestão governamental marcada principalmente pela disciplina e segurança. Embora o atendimento social seja norteado pelas diretrizes da Assistência Social e especificamente pela Política Nacional para a População em Situação de rua, no entanto, estas são apenas diretrizes gerais incapazes de regular detalhes das relações cotidianas da instituição com a população de rua atendida. O que se percebe é que a prática cotidiana se dá conforme particularidades da população e da política do município. De um lado, há um mecanismo de gestão através dos critérios para a inclusão de indivíduos no atendimento, o que pressupõe um esforço de definição do público-alvo e delimitação da fronteira entre

inclusão e exclusão do acesso à política pública. Por outro lado, ao longo dos atendimentos as regras internas da instituição se transformam em mais um mecanismo de gestão sobre os indivíduos de modo a controlar e disciplinar a população de rua do município.

Prós e Contras do CadÚnico: concepções e avaliações dos cadastradores em São Carlos

Samanta do Prado (UFSCar)
samanta_prado@hotmail.com

Hoje, no Brasil, a inclusão em programas e/ou benefícios sociais ofertados pelos três entes federativos – Governo Federal/União, Estados e Municípios – é feita, primordialmente, por meio de um instrumento denominado Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Criado em 2001, ele é capaz de agregar em seu conteúdo tanto dados pessoais dos componentes da família, tais como escolaridade, saúde da família e renda, quanto características do domicílio, como acesso a saneamento básico, condições habitacionais, acesso a serviços públicos etc. A partir da ideia de que o CadÚnico é tido como uma ferramenta de identificação e caracterização de famílias de baixa renda, visando sua inclusão no sistema de proteção social, o trabalho tem como objetivo verificar, através de um estudo de caso no município de São Carlos, 1) sua validade e eficácia quanto ao reconhecimento e caracterização dessas famílias, alcançando-as territorialmente e em sua diversidade, bem como 2) sua capacidade de propiciar-lhes o acesso à cidadania, primeiramente via reconhecimento civil e simbólico pelo Estado – tanto em termos legais quanto em termos dos servidores públicos que o representam e agem por ele – e, posteriormente, via concessão de benefícios e direitos sociais. A pesquisa é pautada em entrevistas abertas, observação direta e participante e na elaboração de cadernos de campo a fim de conhecer as opiniões, pressupostos, avaliações e procedimentos de trabalho cotidianos dos cadastradores e dos gestores da Divisão do Cadastro Único de São Carlos sobre este instrumento, esses que atuam na “linha de frente” da política de assistência social no município. Os resultados obtidos até o presente momento foram os seguintes: para os cadastradores, o CadÚnico pode ser considerado um instrumento válido, pois permite identificar de forma correta as famílias de baixa renda, no entanto ele não apreende certas dimensões da pobreza; já quanto a sua eficácia, segundo ainda os entrevistados esse pode em termos ser considerado eficaz, uma vez que identifica às famílias, porém é insuficiente porque a base central é a renda; por fim, para os cadastradores, o CadÚnico propicia a cidadania, porque aproxima o cidadão do Estado.

Sessão 2

31 de outubro de 2013, 08h.

Local: Sala 8 AT01

Coordenadora: Maria do Socorro Sousa Braga

RESUMOS:

A Influência de Lula na Campanha Eleitoral de Dilma nas eleições de 2010

Raquel Moretti Luchesi (UFSCar)

raqluchesi@gmail.com

Fernando A. F. de Azevedo – UFSCar

fa@uol.com.br

FAPESP

Em períodos eleitorais a televisão exerce papel fundamental no processo da competição eleitoral, ela é responsável por aproximar a figura dos candidatos aos eleitores. Para tanto, o horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) ocupa um papel central nesse cenário, pois direciona a propaganda eleitoral à grande maioria dos eleitores brasileiros através da mídia televisiva. Em 2010, Dilma Rousseff passava por seu primeiro pleito eleitoral e para alcançar veementemente o eleitor, que tinha poucas informações sobre ela, fez uso dessa ferramenta eficaz e de alto alcance. O presente trabalho busca discutir a intensidade e a influência que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) teve na corrida eleitoral da então candidata Dilma Rousseff, nas eleições gerais de 2010. A análise foi feita por meio do HGPE que compreendeu o primeiro turno das eleições, e do uso da ampla literatura de propaganda política eleitoral. O então presidente Lula foi um ator essencial nesses programas, ele ocupou o papel de patrono eleitoral da candidata. O HGPE de Dilma também trouxe um forte elemento de convencimento buscando associá-la a Lula e ao sucesso do seu governo, já que ela era a candidata da situação que deixava um governo extremamente bem avaliado, portanto sua estratégia era “o mundo atual está bom e ficará ainda melhor”, e para realizar esse processo de persuasão a campanha da candidata abordou issues que tinham mais tendência de convencer o eleitor de que seu governo garantiria estabilidade em relação ao governo que estava no poder. Os resultados mostraram que Lula esteve presente por meio de vídeo e voz (quando apresentados juntos) em 70% dos programas apresentados e ocupou um total de 5,49% do tempo total de programa. A análise feita permitiu a elaboração de gráficos para melhor visualização dos resultados esses possibilitaram compreender que Lula foi muito atuante na campanha, e por isso ele foi essencial para a formação da agenda de campanha de Dilma nas eleições de 2010.

O voto classista na eleição municipal paulistana de 2012.

Artur Daniel Ramos Modolo

a.d.r.modolo@gmail.com

William Eidi Maenosono (UFSCar)

eidi.william@gmail.com

A presente pesquisa tem como intuito avaliar as eleições municipais paulistanas de 2012 sob a luz da teoria do voto classista. A votação expressiva do candidato Fernando Haddad (PT) em bairros periféricos, e de José Serra (PSDB) mais significativa na região central da cidade, fez com que muitos analistas políticos avaliassem que houve uma relação íntima entre votos e classe social. Nosso interesse é constatar - a partir de pesquisas survey aplicadas durante o ano eleitoral - se a distribuição geográfica dos votos, de fato, pode ser concretizada em termos de classe social. Dessa maneira, avaliaremos a aplicabilidade da teoria de voto classista nas eleições paulistas, assim como avaliaremos se a transposição da questão geográfica, feita por parte dos analistas políticos, pode ser correlacionada com a renda e o voto. Por fim, destacaremos a importância do período em que a pesquisa survey é realizada, principalmente quando há candidatos relativamente desconhecidos do eleitorado, como no caso das eleições paulistanas de 2012, em que Fernando Haddad surgia como um novo nome no cenário do município de São Paulo. Nossa hipótese de pesquisa, a partir da teoria de voto classista exposta por Figueiredo (1991), avalia que há interesses políticos que são característicos de determinadas classes sociais e que, portanto, é possível que tais interesses se materializem em votos direcionados a determinados partidos e candidatos. Entretanto, deve-se considerar se o eleitorado já consegue traçar a ligação entre candidatos, partidos e figuras políticas importantes que o apoiam como os ex-presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. Esse elemento pode ser decisivo para a aplicação da teoria de voto classista, fator que será ilustrado em nossa pesquisa.

PSDB: uma análise das comissões executivas nacionais de 1989 a 2013

Brina Deponte Leveguen (UFSCar)

brinadl@hotmail.com

Capes (08/12 a 07/13)

Existem muitos estudos sobre partidos políticos, mas pouquíssima análise sobre as estruturas dirigentes desses partidos. Antes de competir em eleições e atuar externamente, um partido necessita se organizar internamente, para tanto conta com os órgãos dirigentes, no caso os Diretórios e as Comissões Executivas, em níveis nacionais, estaduais e municipais. O seguinte trabalho busca analisar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sob o viés estrutural das Executivas Nacionais, por meio de uma comparação histórica desde a fundação do partido em 1988, com a primeira executiva criada dia 31 de março e 1 de abril de 1989 até a composição atual 2011-2013, totalizando 10(dez) Executivas.

A escolha pela análise dessa estrutura dirigente é que mesmo o órgão principal sendo o Diretório Nacional, o grande número de membros, em alguns casos, como o PSDB passando

de 200, dificulta a reunião e resolução das questões. Em contrapartida no PSDB as Executivas Nacionais tiveram em média 24 membros, por isso, na prática acaba ganhando um poder maior.

No PSDB, o estatuto admite que as estas exerçam praticamente todas as atividades dos Diretórios, tais como ditar regras sobre o lançamento de candidaturas. O objetivo da pesquisa foi avaliar se ocorre a formação de uma oligarquia da comissão que resolve e pondera as principais questões e os posicionamentos do PSDB. Essa oligarquia pode ser percebida caso não haja uma rotatividade considerável dos membros de uma Executiva em relação à anterior. Para tal verificação, usaram-se os indicadores criados por Schonfeld ao avaliar o grau de estabilidade dos membros. A pesquisa já está finalizada e teve como alguns resultados a média das 10 Executivas para a renovação simples e a substituição simples de 48% em ambas e de 41,8% para a taxa de permanência. O trabalho faz parte do projeto de pesquisa paper faz parte do projeto da aluna “Poder e elites nos partidos políticos brasileiros”. A pesquisa está relacionada com o Centro de Estudos de Partidos Políticos (CEPP) da UFSCar e contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através do Programa Jovens Talentos para Ciência.

Capitalismo na Amazônia: enclave da acumulação de capital? Os casos de Brasil e Peru.

Felipe Augusto Duarte (UNESP)
Fad.drp@gmail.com

Partindo do pressuposto de que a Amazônia é uma região sul-americana compartilhada, busca-se caracterizá-la estudando os casos de Brasil e Peru, uma vez que detêm juntos quase 80% do território amazônico, que é “um indicador da importância da Amazônia na formação histórica destes países”, tão logo destes países no destino amazônico. Importância que não advém apenas da extensão territorial, mas também de sua megadiversidade biológica, megadiversos são os territórios que guardam em torno de 70% a 60% da biodiversidade do planeta. Encerram também inestimável e riquíssimo conhecimento indígena acerca da floresta. Ambos, em conjuntos tem algo em torno de 55% da população indígena amazônica, do total de 936 mil.

Dito isto, cabe elucidar a herança do processo de desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia brasileira e peruana entre 1960-80 e o acentuado desenvolvimento das forças produtivas em conjunto com o aprofundamento das relações de produção tipicamente capitalistas que põem em marcha a expansão da acumulação de capital na região. Para compreender a dinâmica regional recente, elucidando os componentes novos, como sua tímida industrialização, a consolidação e retomada demográfica indígena. Os nexos de eternização de sua condição de enclave da acumulação de capital, com produção voltada para o mercado externo e beneficiaria de grupos exógenos a região.

Assim, “pode-se dizer que a selva é um domínio colonial do Estado...”, ou seja, refém de uma organização que visa drenar as riquezas de dentro para fora. Que gera tão somente uma economia residual, calcada no modelo importação e exportação de economia aberta, com

elementos de “capitalismo associado e dependente marcadamente desigual e combinado”. Desta perspectiva, as frentes de expansão e o interesse da empresa privada nacional e estrangeira comandam a vida econômica e política da região, é hoje imperativo superar esta visão. Neste sentido, os conhecimentos das sociedades originárias sobre a produção e reprodução da vida no interior de territórios do tropico úmido, são fundamentais, e os mesmo, sobretudo no Peru tem sido importantes atores de luta e resistência à apropriação e expropriação indiscriminada dos recursos e direitos dos povos da região.

O trabalho em 1984: interface entre a literatura, o estado e as relações trabalhistas

Pâmela de Rezende Côrtes (UFMG)

pamela.recortes@gmail.com

André Matos de Almeida Oliveira (UFMG)

andrematosalmeida@hotmail.com

As distopias são trabalhos literários que dialogam diretamente com visões e teorias políticas. A literatura pode e deve ser um campo fértil de reflexão política e sociológica. Nesse sentido, a obra 1984 de George Orwell é de uma riqueza sem fim para análises sociais e políticas. Publicada em 1949, ela é ainda uma obra extremamente rica e atual. Os medos de uma sociedade totalitária e de um Estado que não respeita a liberdade não são exclusividade de uma época. Uma das formas de controle dos indivíduos é por meio das relações de produção. Este trabalho pretende portanto fazer um recorte dessa obra, analisando o papel do trabalho na trama, as relações trabalhistas e de poder que se estabelecem e o papel do Estado nessas relações e na regulação do trabalho para os “cidadãos” de Oceânia. O papel do trabalho, as ocupações possíveis, a hierarquia no trabalho “público”, as condições de trabalho e a oferta de oportunidades são importantes na criação do cenário de ditadura total e controle absoluto sobre os sujeitos. Por outro lado, o poder do Estado, total, absoluto, elimina qualquer possibilidade de manifestação do indivíduo na Esfera Pública, pulverizando assim os conflitos e tensões sociais, mas ao mesmo tempo esmagando a individualidade e possibilidade de desenvolvimento completo e digno dos habitantes de Oceânia. Pretende-se avaliar a existência de trabalho forçado nessa obra, utilizando-se para isso das definições da OIT das várias modalidades de regulação do trabalho. A partir daí, a análise será extrapolada para a impossibilidade de um trabalho livre numa sociedade que não tenha a liberdade como um parâmetro fundante de sua organização política, demonstrando como a distopia serve para alertar dos perigos de um Estado não-democrático para as relações trabalhistas.

O Papel do Estado na Teoria da Política Internacional de Kenneth Waltz: seria o Estado o único ator das relações internacionais?

Paulo Victor Zaneratto Bittencourt (UNESP)
paulovbittencourt@gmail.com

O propósito principal deste trabalho é a análise do papel do Estado enquanto unidade na teoria elaborada por Kenneth Waltz em “Theory of international politics”. Tal obra é de profunda relevância no estudo das relações internacionais, sendo um dos grandes expoentes do segundo grande debate teórico da disciplina, devido à metodologia aplicada. Em Waltz, que divide as teorias de política internacional entre “reducionistas” e “sistêmicas” há o isolamento do conceito de “estrutura”, há muito falando dentro dos estudos de política internacional, mas para o qual nunca foi dada a devida importância e conceituação. Dessa forma, examinaremos, através da obra supracitada, bem como de artigos e do livro igualmente importante “Man, the state, and war”, do mesmo autor, o papel do Estado na política internacional de acordo com cada uma das teorias descritas pelo autor: as “reducionistas”, baseadas no comportamento humano e na organização do Estado (primeira e segunda imagens de análise, respectivamente), e nas “sistêmicas”, baseadas no conceito do sistema internacional, sendo este formado pela “estrutura” e pela “interação das unidades políticas”. Assim, pretende-se, a título de conclusão, responder a uma pergunta muito frequente nos estudos de política e relações internacionais: seria o Estado o único ator das relações internacionais?

Dominação, Provisão e Pluralidade no Estado Democrático de Direito

Rodrigo Albano Nascimento dos Santos (UFMG)
rodrigoalbano.santos@gmail.com

O advento do Estado Democrático de Direito promoveu a reestruturação do ente estatal tendo em vista a consecução dos direitos sociais, já integrantes do grupo de direitos fundamentais ditos de primeira geração. Entretanto, apesar da previsão prestacional e participativa do ordenamento jurídico brasileiro o indivíduo encontra-se em posição de exclusão e desamparo na atual conjuntura política. A baixa efetividade das garantias individuais liberais atrelada ao exagerado distanciamento que há entre Direito e realidade é um dos sintomas deste lapso social. O objetivo deste trabalho é compreender o antagonismo do poder estatal no que concerne a efetivação de garantias materiais em oposição ao crescente afastamento do cidadão da vida política tendo como material de estudo a obra de Giorgio Agambem “Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua” e de Ingo Wolfgang Sarlet “Direitos Fundamentais Sociais: estudos de direito constitucional, internacional e comparado”. A pesquisa de caráter bibliográfico procurou estabelecer relações de semelhança e oposição entre os distintos pontos de vista sobre a conformação do Estado de modo a compreender as razões pelas quais houve um decaimento da participação política e do interesse do indivíduo na coisa pública. A pesquisa indicou que há na mesma estrutura as ações de provimento e dominação sobre a população, provável reflexo da formação estatal a partir da

pluralidade de interesses concorrentes. Este achado pode ser crucial na formulação de políticas públicas mais equilibradas tendo em vista a consideração de, num mesmo contexto, o desequilíbrio das funções do Estado.

O Papel do Facebook no Compartilhamento de Notícias entre os Alunos de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos

Gabriela Pandeló Paiva (UFSCar)
gabippaiva@gmail.com

As redes sociais têm desempenhado um papel importante na comunicação política nos últimos anos, devido à facilidade de interação e troca de informação entre os usuários. O Facebook, em especial, se mostrou essencial na mobilização de indivíduos partidários de causas comuns permitindo a construção de debates e se tornando então um novo espaço para a discussão política. Esse fenômeno induziu que asmídias tradicionais como jornal e televisão cunhassem seu espaço online, possibilitando à sua audiência que recebessem suas notícias diretamente em suas páginas pessoais e de forma personalizada. Os internautas então, além de terem diversas fontes de informação distintas a sua disposição, podem também transmitir os conteúdos desejados aos outros membros de sua rede. Assim, este estudo tem por objetivo analisar o papel dessa rede na troca de informações entre os estudantes do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Como se compartilham as notícias postadas, se são oriundas de conhecidos portais de informação, ou de fóruns informais, e como estas são recebidas e agregadas no processo de formação desses jovens.

Apoio:



COGCSO



BANCO DO BRASIL



Programa de Pós-Graduação em **Sociologia**

REALIZAÇÃO

CIÊNCIAS
SOCIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS